



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1116

A CRISE POLÍTICA E A DESINTEGRAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA SOCIALISTA DA IUGOSLÁVIA

Leonardo Pires da Silva Belançon
Sidnei José Munhoz (Orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Resumo. Sob influência da crise do comunismo, no final da década de 1980, o mapa geopolítico da região sudeste da Europa passou por algumas alterações, sendo a Iugoslávia o país que mais se modificou ao longo da primeira metade da década de 1990. A região abriga diferentes povos, religiões e idiomas, que devido a esta característica multicultural, passaram por diversos conflitos ao longo de sua história. Quando no século XX foram unidos sob o estandarte de uma mesma república federada, os povos da Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia, tiveram que se perceber como uma mesma nação iugoslava, mesmo sem que esse reconhecimento identitário de fato existisse. Após pouco mais de quarenta anos, essas diferenças, que durante séculos de história causaram conflitos, voltam a aflorar entre estes grupos e somado à crise do sistema político sob o qual viviam e a uma crise econômica enfrentada pela Iugoslávia, surgem os desejos de independência e as aspirações nacionalistas que levam a região a ser palco de alguns dos conflitos mais violentos da década de 1990. Assim, neste *paper* busca-se analisar um panorama do contexto histórico e político que levou à dissolução da República Federativa da Iugoslávia e compreender os motivos que levaram aos conflitos civis que desembocaram em perseguições étnicas e na prática de crimes de guerra, considerados por muitos autores como genocídio. Trata-se de uma breve análise da História Contemporânea da Iugoslávia, tendo como limite temporal o fim da guerra de independência da Bósnia-Herzegovina, em 1995.

Palavras-chave: Conflitos; Independências; Nacionalismo.

Ao longo de toda a sua história, a região dos Bálcãs, no Leste da Europa, foi palco de diversos e intensos conflitos entre os povos que ali habitavam. Quase sempre motivados por embates e divergências étnicas e religiosas, católicos romanos, ortodoxos e muçulmanos, sob influência das culturas romana, bizantina e árabe, tiveram que aprender a conviver de forma pacífica. Ao longo de todo o século XX pudemos observar o aumento dos

sentimentos nacionalistas em cada uma das nações da região, especialmente na década de 1980. No fim da Segunda Guerra Mundial, devido a enfrentamentos políticos internos, o então Reino da Iugoslávia tornou-se República Federativa Socialista da Iugoslávia. A Federação era composta por seis repúblicas: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia, e ainda duas províncias autônomas da Sérvia, Vojvodina e Kosovo. Apesar de não haver a identificação como “nação” única entre esses povos, essa organização e unidade política se mantiveram coesas por mais de quarenta anos.

De 1945 a 1980 a Iugoslávia teve como figura proeminente entre seus líderes, o Marechal croata Josip Broz Tito, personagem de grande importância histórica e política na formação e unidade do povo iugoslavo como República Socialista. Tito foi militante comunista e líder dos *Partisans*, grupo guerrilheiro de resistência à invasão das potências do Eixo, durante a Segunda Guerra (AGUILAR, 2003, p.58). Foi também Primeiro-Ministro da Iugoslávia de 1945 a 1953, durante o governo do primeiro presidente do país, Ivan Ribar. Ainda em 1953, tornou-se presidente e governou até sua morte em 1980.

Ao longo de todo o período em que Tito esteve envolvido com o governo da Iugoslávia, o Marechal tentou mantê-la afastada da influência de Stalin na intenção de impedir que a Federação se tornasse mais um país satélite da União Soviética. Por este motivo, as relações entre os dois países tornaram-se tensas, até que Tito rompeu com Stalin.

O ponto culminante foi uma reunião do Cominform [Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários] em Bucareste, de que a Iugoslávia não participou, em 1948, após trocas de cartas entre Stalin e Tito, em que o primeiro retomava suas críticas e o segundo esboçava um caminho próprio da Iugoslávia para chegar ao Socialismo. (ALVES, 2013, p.62).

Tito alcançou seu objetivo de manter a Iugoslávia independente da União Soviética e foi sob seu comando que o socialismo iugoslavo se tornou reconhecidamente outra via deste sistema econômico. Assim, surgiu o termo “Titoísmo” para identificar aquela vertente. O termo também foi utilizado na perseguição promovida por Stalin, aos simpatizantes do socialismo de Tito, que eram considerados seus dissidentes políticos.

A Iugoslávia manteve-se neutra durante a Guerra Fria e em 1956, juntamente com o então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, e o primeiro-ministro indiano, Jawaharlal “Pandit” Nehru, Tito criou o Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), em que o propósito dos líderes signatários era não envolver seus países nos confrontos diretos entre as grandes potências. Naquele momento, Estados Unidos e União Soviética. Essa política permitiu que a Iugoslávia angariasse ajuda do Ocidente, o que proporcionou à Federação algum desenvolvimento e estabilidade financeira. (AGUILAR, 2003. p.65).

Marechal Tito conseguiu manter a Iugoslávia relativamente coesa e evitou que cada uma das seis repúblicas se fortalecesse de modo a colocar em risco o equilíbrio do país. Tito deu maior atenção à Bósnia-Herzegovina por ser a república mais frágil, devido à sua multiétnica, e por ser uma região estratégica no caso de uma possível tentativa de invasão russa, pois, na concepção de defesa iugoslava, acreditava-se que seria nas montanhas da Bósnia que os soldados conseguiriam manter resistência ao invasor.

Para que se compreenda a composição dos povos da Iugoslávia, vale ressaltar como eram distribuídos os grupos étnicos nas seis repúblicas. A Tabela 1 apresenta dados comparativos dos recenseamentos de 1971 e 1991. Segundo Alves (2013, p.69) foi na década de 1960, durante o governo do Marechal, que os muçulmanos da Bósnia-Herzegovina foram reconhecidos como “nacionalidade”. Embora o termo “muçulmano” seja uma denominação religiosa, na Iugoslávia foi atrelado à nacionalidade bósnica na intenção de prevenir eventuais insurreições nacionalistas e separatistas. Bósnios, sérvios e croatas pertencem ao mesmo grupo étnico – os eslavos – e diferenciam-se, sobretudo, pela religião, logo, este reconhecimento teve um caráter muito mais político que antropológico (DENITCH, 1995, p.39). Nas práticas religiosas, a Eslovênia e a Croácia tinham a maioria da população seguidora do catolicismo romano, a Bósnia-Herzegovina possuía maioria muçulmana e Sérvia, Montenegro e Macedônia, maioria Ortodoxa. É preciso que se observe que apesar da presença majoritária de muçulmanos na Bósnia, nem todo bósnio é muçulmano, sendo utilizado muitas vezes o termo “bosniaco” para referir-se a esta parcela específica da população.

Tabela 1 - Etnias majoritárias segundo os censos oficiais de 1971 e 1991

República	Senso de 1971	Senso de 1991
Sérvia	Sérvios – 72% Albaneses – 9,2% Húngaros – 5,8%	Sérvios – 87,3% Muçulmanos – 3% Albaneses – 1,3%
Croácia	Croatas – 79,4 % Sérvios – 14,2%	Croatas – 77,9% Sérvios – 12,2%
Bósnia-Herzegovina	Muçulmanos – 39,6% Sérvios – 37,2% Croatas – 2,6%	Muçulmanos – 43,7% Sérvios – 31,4% Croatas – 17,3%
Macedônia	Macedônios – 69,5% Albaneses – 17,2% Turcos – 6,6%	Macedônios – 64,6% Albaneses – 21% Turcos – 4,8%
Eslovênia	Eslovenos – 94%	Eslovenos – 87,6%

Fonte: Senso de 1971, Comitê Federal de Informação da Iugoslávia. Dados sobre a Iugoslávia. Belgrado, 1976; Senso de 1991, "L'Etat du Monde 1992", *Encyclopédie Universalis*, Recenseamento de 1991 do Instituto Federal de Belgrado. (AGUILAR, 2003, p.63).

Em 1980, ano da morte de Tito, foi aprovada uma constituição que visava alcançar a rotatividade do poder executivo, assim, em cada período legislativo, seria uma república – o que, na prática, significava uma etnia – que governaria a Iugoslávia. Esta política tinha o objetivo de manter o equilíbrio evitando que apenas sérvios governassem o país, uma vez que, por serem maioria, em um sistema democrático certamente seria eleito um representante desta nação. O sistema colegiado durou apenas onze anos. Sem a figura de Tito e com a economia iugoslava se deteriorando, logo se intensificaram os sentimentos nacionalistas.

A polarização político-ideológica que deu origem à Guerra Fria, ao final da Segunda Guerra Mundial, e que opôs os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, aos países comunistas, capitaneados pela União Soviética, chegou ao fim na segunda metade da década de 1980. A queda do regime comunista, que resultou na dissolução da União Soviética, transformou o mapa geopolítico da Europa e da Ásia e afetou também a Iugoslávia. Neste contexto, considerando ainda os conflitos internos que emergiram no início da década de 1990, a República Federativa Socialista da Iugoslávia, começou a se

desintegrar e, ao longo daquela década, ver suas repúblicas tornarem-se independentes.

O ex-primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, certa vez teria dito que “os Balcãs produziram mais história do que podiam consumir” e muitos observadores dos conflitos balcânicos, afirmavam que a região era o “barril de pólvora” da Europa. A década de 1990 foi marcante não só para a região, devido à sua fragmentação, mas também para o cenário mundial, pois entre os conflitos que resultaram na consolidação das seis repúblicas independentes, a Guerra da Bósnia é considerada por muitos o conflito mais prolongado e violento na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial. Devido à importância histórico-política de se analisar os motivos que levaram a Federação Iugoslava à desintegração, este artigo busca apresentar um breve panorama do contexto político do extinto país, às vésperas dos conflitos que levaram às independências da Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina. Vale lembrar que a independência de Montenegro, foi decidida em referendo, em 2006 e, portanto, sem conflitos, como na Macedônia na década anterior. Da mesma maneira, serão observados os processos que levaram a essas independências, a eclosão dos conflitos separatistas, como a Guerra da Bósnia, e o rearranjo geopolítico daquela região.

Das tensões aos conflitos

Como resultado da crise econômica da segunda metade da década de 1970, no início dos anos 1980 o índice de desemprego na Iugoslávia aumentou, e conseqüentemente houve queda no consumo e na produção interna. No campo internacional, a Federação perdeu acesso a recursos financeiros disponíveis no mercado internacional e viu sua dívida externa aumentar, sem que tivessem recursos para saldar seus compromissos. A alternativa foi o corte de subsídios com o conseqüente aumento dos preços e da inflação.

A Comunidade Europeia e as organizações internacionais comportaram-se de modo desastroso ao impor cronogramas de pagamentos e políticas de austeridade, que levaram o país à beira do colapso. As medidas financeiras impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e a pressão do Ocidente obrigaram o governo a aplicar algo em torno de 1/5 das

receitas totais do país para pagamento de sua dívida internacional. Os salários reais caíram 40% entre 1978 e 1983, e oscilaram neste patamar no restante da década [...] Bancos e fábricas fecharam, greves e passeatas tornaram-se rotina em todo o país. O governo ficou sem condições inclusive de pagar seus soldados, acabando com sua última tentativa de manter o federalismo. (AGUILAR, 2003, p.72).

Diante desta situação a Iugoslávia foi perdendo importância no cenário europeu. Sua posição estratégica e sua função de “ponte” entre os blocos comunista e capitalista foram perdendo força na mesma medida em que o próprio comunismo se enfraquecia no Leste Europeu. Kirkpatrick (2007, p.156) afirma que a queda dos regimes comunistas da Europa revelou oportunidades de autodeterminação por parte dos vizinhos da Iugoslávia, na porção oriental do continente europeu, o que aos poucos encorajou os desejos nacionalistas das repúblicas da Federação. Especialmente para o povo sérvio, que sempre manteve vivo o desejo expansionista de formar a “Grande Sérvia”. A crise econômica acentuou as diferenças entre as províncias mais ricas e as mais pobres, não havia um líder que, como Tito, conseguisse manter a federação e nem uma ideologia que mantivesse a união. Esses pontos, levantados por Aguilar (2003), somados aos sentimentos nacionalistas dos povos de cada república que formava a Iugoslávia, levou alguns observadores a crerem que a desintegração seria inevitável.

Segundo Guimarães (2008), a definição de “nação” se refere a uma comunidade de indivíduos vinculados socialmente e economicamente e que reconheçam um passado comum e aspirem um futuro em unidade. É o sentimento de pertença a uma mesma história por meio da identificação linguística, religiosa, étnica, etc. Aspectos que não eram partilhados pelos iugoslavos, mas apenas entre os povos de cada república. Enquanto “nacionalismo” se trata do sentimento de superioridade de determinada nação sobre as demais, pelos mais diversos motivos e, portanto, merecedora de mais direitos, a demonstração exacerbada deste sentimento pode ser expressa pela xenofobia ou pelo racismo. Eric Hobsbawm (1995, p.417) chama a atenção para a dissociação da identificação de grupos da ideia de nacionalismo, para que não se confundam os termos.

Como sugere o surgimento desse fenômeno [grupos de identidade] no mais sistematicamente multiétnico dos Estados, a política dos grupos de identidade não tinha ligação intrínseca

com a autodeterminação nacional, isto é, com o desejo de criar Estados territoriais identificados com um determinado “povo”, que era a essência do nacionalismo. [...] O que a política de identidade étnica teve em comum com o nacionalismo étnico foi a insistência em que a identidade de grupo da pessoa consistia numa característica existencial, supostamente primordial, imutável e portanto permanente, partilhada com outros membros do grupo e com mais ninguém.

Slobodan Milosevic foi uma das figuras mais marcantes naquele momento da história da Iugoslávia, por expressar abertamente seu nacionalismo. Político comunista sérvio e defensor de sua etnia, em duas ocasiões, em 1987 e em 1988, quando líder do Partido Comunista Sérvio, hostilizou a comunidade albanesa do Kosovo. No primeiro momento, durante uma manifestação que acontecia na região, dirigiu-se aos sérvios dizendo que jamais alguém iria maltratá-los, em alusão aos albaneses kosovares (AGUILAR, 2003, p.74) no ano seguinte prometeu que faria a Sérvia unificada novamente, retirando a autonomia do Kosovo e de Vojvodina, e controlando os votos das duas províncias (KIRKPATRICK, 2007, p.157). Eleito presidente da Sérvia em 1989, Milosevic passou a controlar a mídia e a fazer propaganda contra croatas, agitando os nacionalistas daquela república, como o político e *ex-Partisan*, Franjo Tudjman. Ao assumir a presidência da Croácia, em 1990, Tudjman também passou a hostilizar os sérvios que viviam em seu país, expulsando-os da polícia e da administração civil, sob a justificativa de que estes cidadãos poderiam representar alguma ameaça à Croácia, com o projeto da “Grande Sérvia”. A partir de 1987 a Eslovênia também passou a demonstrar seu desejo de independência, afirmando que a situação da república estaria melhor fora da Federação Iugoslava. Tais demonstrações também podiam ser observadas na Bósnia-Herzegovina e na Macedônia, apenas Montenegro não se opunha a manter-se unido à Sérvia.

A partir de 1990 as tensões se acirram e iniciam-se os processos de independência. Em fevereiro daquele ano, o partido comunista esloveno se emancipa da Liga da Iugoslávia e nas eleições, o presidente do Partido Democrata Cristão, Lojze Peterle, torna-se o Primeiro-Ministro, enquanto o comunista Milan Kucan assume a presidência do país. Diante da recusa de Belgrado – capital da Sérvia e sede do governo Iugoslavo - em reconhecer a soberania da república eslovena, Peterle e Kucan convocam um referendo para

saber se a população era a favor de uma Eslovênia “soberana e independente”. Mesmo proibido pela Iugoslávia, o referendo ocorreu em dezembro de 1990 e o “sim” teve 88,5% dos votos. A independência foi marcada para 25 de junho de 1991. Na tentativa de impedir que isso acontecesse, a Sérvia entra em guerra com a Eslovênia, mas devido a pouca presença de sérvios naquela república, o conflito durou apenas dez dias e teve um saldo de 45 mortes, sendo a maioria por parte do exército iugoslavo.

O modelo de processo utilizado pela Eslovênia foi seguido nas demais repúblicas. Em fevereiro de 1990 a Croácia realizou a eleição presidencial que levou Franjo Tudjman ao poder. A Igreja Católica apoiou a União Democrática Croata, partido do presidente eleito, e a diáspora croata nos Estados Unidos e no Canadá, também ajudou a financiar a campanha. Como a presença de sérvios era mais significativa nesta república, a resistência também foi maior. Os sérvios da região da Krajina, na fronteira com a Bósnia, proclamaram-se região autônoma através de plebiscito e a região passou a ser protegida por uma milícia que expulsou a polícia croata da região. Warren Zimmermann, embaixador dos Estados Unidos, observou que a hostilidade croata aos sérvios era sistemática e com conivência das autoridades omissas, desta forma o embaixador recomendou que Washington não atendesse ao pedido de assistência técnica da polícia de Zagreb, capital da Croácia, para não aumentar o poder de repressão croata (ALVES, 2013, p.98). Em maio de 1991, a Croácia organizou referendo e 92% dos votos foram a favor da separação total da federação. A Comunidade Econômica Europeia (CEE) tentou intervir e pediu para que a Croácia e a Eslovênia adiassem em três meses suas independências, alegando que o próximo presidente da Iugoslávia seria um croata, segundo o sistema de rodízio de etnias no poder da federação, mas o pedido não foi atendido e a Croácia proclamou sua independência junto com a Eslovênia em junho de 1991.

Radeljic (2012) afirma que a mídia local e internacional encorajou e apoiou os conflitos internos da Iugoslávia, colaborando para a representatividade de croatas e eslovenos no desejo de conquistar suas independências. Apesar de a Sérvia estar diretamente envolvida no conflito, a mídia local não produzia notícias com as mesmas informações e teor que a mídia ocidental. Isso porque havia o controle da mídia, por Milosevic. A religião

como fator a ser considerado no processo de desmembramento, pode ser observada a partir do momento em que as igrejas tornam-se uma importante ferramenta de propaganda nacionalista, afirma o autor. A Igreja Ortodoxa Sérvia apoiava abertamente o expansionismo sérvio, enquanto a Igreja Católica, com forte presença na Eslovênia e a na Croácia, foi fundamental na defesa dos interesses desses países. O Vaticano foi responsável por levar muitos países ocidentais a reconhecerem essas independências

A agitação dos servo-croatas aumentava e a Guarda Nacional Croata não conseguiria conter a situação devido às suas deficiências de treinamento e equipamento. O Exército iugoslavo já tinha sido orientado a invadir as regiões sérvias da Croácia e em resposta, o presidente Tudjman mobilizou o país para a “Guerra de Libertação”. O conflito durou seis meses e teve quatorze pedidos de cessar-fogo por parte da comunidade internacional, o último sendo efetivamente assinado em 3 de janeiro de 1992.

A Macedônia foi o primeiro país da Iugoslávia a declarar independência sem conflitos, em 8 de setembro de 1991, seguido por Montenegro, no início do século XXI. Os macedônios não eram separatistas, mas o nacionalismo da Eslovênia e da Croácia fez com que, em 1990, o presidente macedônio Kiro Gligorov também ameaçasse deixar a federação, o que de fato ocorreu no ano seguinte.

Em todo o processo de desintegração da Iugoslávia, o conflito mais violento aconteceu na Bósnia-Herzegovina. Localizada na região central da Iugoslávia, a república apresentava a interação social que Tito teria desejado para toda a Iugoslávia. Mesmo com a variada composição étnico-religiosa de sua população, os grupos mais expressivos conviviam sem grandes problemas, e ao contrário das demais repúblicas da federação, croatas, sérvios e bósnios não viviam em regiões definidas, mas coabitavam as mesmas aldeias, localidades e cidades. A convivência pacífica permitiu inclusive os casamentos interétnicos e nem mesmo o reconhecimento da “nacionalidade muçulmana” estimulou a segregação identitária, apenas garantiu os mesmos direitos indistintamente a todos os cidadãos da Bósnia-Herzegovina.

Quando em 1990 houve o estabelecimento do pluralismo partidário, formaram-se três grandes partidos baseados nas nacionalidades e remanescentes políticos comunistas juntaram-se ao Partido Social Democrata,

único partido supranacional. Nas eleições parlamentares em novembro daquele ano, cada etnia representada por cada um dos três partidos teve o montante de votos relativo à quantidade de eleitores bósnios muçulmanos, sérvios e croatas. Em dezembro, seguindo o esquema rotativo, Alija Izetbegovic, bósnio e muçulmano sunita, assume a presidência da federação. Foi o suficiente para que radicais nacionalistas sérvios e croatas alardeassem a possibilidade de a Bósnia-Herzegovina transformar-se em um cantão islâmico na Europa. Apesar de os sérvios já estarem preparados para a ruptura, muçulmanos e croatas ainda aparentavam estar unidos. Dada a situação, com o avanço dos sérvios para defender a República de Krajina na Croácia, cruzando o território bósnio, Izetbegovic declarou que defenderia a soberania da Bósnia-Herzegovina. Em outubro de 1991 o parlamento aprovou um memorando sobre independência da república e o reconhecimento de sua soberania e desligamento da Iugoslávia. O plebiscito para oficializar a decisão dos bósnios ocorreu entre fevereiro e março de 1992 e foi boicotado pela comunidade sérvia, mesmo assim em 4 de março a independência da Bósnia-Herzegovina foi declarada. Ao final daquele mês a comunidade sérvia que estava reunida em Pale, cidade a dez quilômetros da capital Sarajevo, proclamou a “entidade nacional sérvia”, a República Srpska, vinculada ao que restara da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro).

Em 6 de Abril a Comunidade Europeia reconheceu a independência da Bósnia. No mesmo dia, os sérvios instalados nas montanhas ao redor da capital da Bósnia-Herzegovina, comandados por Radovan Karadzic, atacaram a cidade. Embora já ocorressem outros episódios violentos pelo país, um dos mais marcantes foi o cerco a Sarajevo que durou de 5 de abril de 1992 a 29 de fevereiro de 1996 e teve como saldo 14 mil mortes, entre elas, estima-se que 1.500 crianças morreram. Ao mesmo tempo, em todo o país, era realizada uma “limpeza étnica”, ou seja, a eliminação dos não sérvios. Em maio de 1992 a Organização das Nações Unidas acolheu a Bósnia-Herzegovina, a Croácia e a Eslovênia como membros, e interveio humanitariamente no conflito com o envio de tropas da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR). O ataque das milícias sérvias à Bósnia-Herzegovina foi apoiado por Milosevic e pelo exército sérvio, algum tempo depois de a guerra haver iniciado os croatas

que apoiavam os bósnios, recuaram e voltaram a repensar a divisão da Bósnia entre Croácia e Sérvia.

A imprensa internacional noticiava e veiculava imagens da Guerra da Bósnia. Fotos de pessoas desnutridas e maltratadas como os judeus durante o Holocausto. Jornais e agências de notícias denunciavam campos de concentração semelhantes aos utilizados pelos nazistas durante a Segunda Guerra. “A maioria dos centros de suplício, estupros e massacre eram mantidos por paramilitares sérvios. Mas havia também campos croatas de concentração de muçulmanos.” (ALVES, 2013, p.117). Em maio de 1993, a ONU criou o Tribunal Internacional para a Antiga Iugoslávia, em Haia, nos Países Baixos. Durante a Guerra da Bósnia, o estupro sistemático de muçulmanas adquiriu um sentido mais perverso, o que levou o Tribunal Penal Internacional a tipificar estupros coletivos como crimes de guerra.

O Massacre de Srebrenica também foi um episódio marcante daquela guerra. A ONU havia criado áreas de segurança para proteger a população que vinha sendo atacada pelos nacionalistas de Karadzic. As cidades de Srebrenica, Zepa e Gorazde, eram enclaves muçulmanos no território da chamada República Srpska, onde os soldados das tropas internacionais deveriam proteger a população de possíveis tentativas de invasão. No dia 11 de Julho de 1995, comandados pelo general Ratko Mladic, os sérvios invadiram Srebrenica ceifando a vida de mais de 8 mil homens e meninos, a maioria com tiro a queima roupa e na nuca (ALVES, 2013, p.120). O episódio foi reconhecido como o primeiro caso de Genocídio na Europa desde o Holocausto. Em 30 de Agosto de 1995 a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) realizou uma ofensiva contra os sérvios na região de Sarajevo, através de bombardeio e pediu a Mladic que retirasse suas tropas e armamentos da região. Em 5 de outubro foi assinado um cessar fogo e em novembro, Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Croácia, assinaram o Acordo de Dayton que pôs fim à Guerra da Bósnia. O resultado final foi aproximadamente 100 mil bósnios, sérvios e croatas mortos e 2 milhões de refugiados.

O mapa geopolítico dos Bálcãs passou a contar com cinco novas repúblicas independentes após a desintegração da Iugoslávia: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Iugoslávia e Macedônia. O processo de estabelecimento desses novos países custou milhares de vidas sacrificadas em

função de ideologias nacionalistas. Em 2003 a Iugoslávia extinguiu definitivamente o antigo nome e passou a ser uma federação de duas repúblicas, Sérvia e Montenegro. (HASTEDT, 2004, p.536). Em junho de 2006, em referendo popular, foi decidido por mais uma separação passando a existir a República da Sérvia e a República de Montenegro.

Desde a década de 1990 a região autônoma do Kosovo tenta sua independência da Sérvia. Em 1998 Milosevic iniciou uma dura campanha militar contra o separatismo na região e em 1999 a OTAN criou a Força do Kosovo (KFOR), força de paz internacional para proteger a população kosovar dos possíveis ataques da Sérvia. Em 10 de Junho de 1999 a ONU criou uma missão na região com o objetivo de cuidar da administração civil do Kosovo, a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK). A Sérvia ainda reivindica sua soberania sobre a região.

Referências

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A guerra da Iugoslávia: uma década de crise nos Bálcãs**. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

ALVES, José Augusto Landgren. **Os novos Bálcãs**. Brasília: FUNAG, 2013.

DENITCH, Bogdan. **Nacionalismo y etnicidad: la trágica muerte de Yugoslavia**. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1995.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, Nacionalismo, Estado. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.22, n.62, p.145-159, 2008.

HASTEDT, Glenn P. **Encyclopedia of American Foreign Policy**. Facts on File: New York, p.44, 45, 534-536. 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KIRKPATRICK, Jeane J. **Making War to Keep Peace**. New York: Harper Collins, 2007.

RADELJIC, Branislav. **Europe and the Collapse of Yugoslavia: The Role of Non-State Actors and European Diplomacy** – New York: I.B.Tauris, 2012.